



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 29 • 19 a 25/08/07 • ISSN 1809-6182

Análise

06/08/2007 – O contexto em que se insere a presidência de Portugal do Conselho da União Européiap.01

A intenção de Portugal em desenvolver as interações diplomáticas entre a União Européia e outros Estados ou organizações internacionais resulta, em grande parte, do contexto em que se insere a presidência portuguesa do Conselho da UE. Em um processo de origem em novembro de 2004, quando da histórica aprovação da Constituição da UE, encontra-se a instauração, por austríacos e alemães, das bases para que Portugal estabeleça e desenvolva as diretrizes da política externa européia.

24/08/2007 – Chávez percorre América do Sulp.07

O presidente venezuelano Hugo Chávez visitou Argentina, Uruguai, Equador e Bolívia durante o mês de agosto de 2007, para assinar acordos energéticos e financeiros, bem como tratar a criação de refinarias de petróleo em alguns desses países.

Resenha

28/08/2007 – EUA não renovam acordo anti-proliferaçãop.11

Em julho de 2007, o Comando Estratégico estadunidense declarou que os EUA não deveriam renovar o START-1, acordo assinado entre o país e a ex-URSS, justificando que o acordo seria prejudicial à luta contra o terrorismo internacional.

O contexto em que se insere a presidência de Portugal do Conselho da União Europeia

Análise
Integração Regional / Segurança

Andre Klausing
06 de agosto de 2007

A intenção de Portugal em desenvolver as interações diplomáticas entre a União Europeia e outros Estados ou organizações internacionais resulta, em grande parte, do contexto em que se insere a presidência portuguesa do Conselho da UE. Em um processo de origem em novembro de 2004, quando da histórica aprovação da Constituição da UE, encontra-se a instauração, por austríacos e alemães, das bases para que Portugal estabeleça e desenvolva as diretrizes da política externa europeia.

Portugal assumiu a presidência do Conselho da União Europeia¹ (UE) em uma ocasião singular: desde a histórica aceitação da Constituição da UE, por chefes de Estado e de governo, em novembro de 2004², o Conselho apresenta-se em um contexto propício ao desenvolvimento de questões que não apenas a busca por coordenação entre os Estados-membros.

De fato, um sintético histórico das presidências do Conselho da UE – desde a presidência de Luxemburgo, no primeiro semestre de 2005, após a aprovação da Constituição da UE; à presidência da Alemanha, no primeiro semestre de 2007,

– demonstra como a Europa pós-novembro de 2004 voltou-se substancialmente para resolução de assuntos internos, pré-condição para a coordenação de seus Estados-membros.

O impacto da rejeição da Constituição por franceses e holandeses³ sobre as presidências de Luxemburgo e Reino Unido, e a estratégia austríaca, admitida também pela Finlândia, de delegar a resolução da “questão constitucional” à Alemanha assinalaram este período.

Solucionada a “questão constitucional” sob a presidência alemã, é plausível interpretar as metas e os objetivos de Portugal para o segundo semestre de 2007 como resultado, sobretudo, de um contexto específico, singular ao longo da história da UE.

¹ Instância responsável por expressar demandas, metas e objetivos da UE por meio de reuniões dos Estados-membros em caráter ministerial.

² Em 29 de outubro de 2004, chefes de Estado e de governo dos vinte e cinco Estados-membros assinaram a primeira Constituição para a UE. A cerimônia aconteceu em Roma, no Capitólio (prefeitura romana), onde, em 1957, Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo começaram o processo de unificação europeia por meio do Tratado de Roma.

³ Franceses e holandeses rejeitaram, por meio de referendos populares acontecidos em 29 de maio e 01 de junho de 2005, respectivamente, a Constituição da UE. A porcentagem da oposição ao documento consistiu em 55% na França e 62% na Holanda.

Luxemburgo

Luxemburgo, Estado co-fundador e segundo menor Estado-membro da UE, assumiu pela décima - primeira vez a presidência do Conselho da UE em janeiro de 2005.

Em meio à recente aceitação da Constituição da UE, em novembro de 2004, sob a presidência holandesa, duas questões apresentaram-se a Luxemburgo: a instabilidade econômica da UE e a possibilidade de expansão do bloco, sobretudo por meio das demandas por ingresso de Croácia e Turquia.

Neste contexto, a presidência luxemburguesa voltou-se à resolução da instabilidade econômica da UE, por meio da reforma do designado “Pacto de Estabilidade e Crescimento” (PEC)⁴.

Em março de 2005, o Conselho situou metas econômicas menos severas, em resposta a críticas de que as então metas do PEC impediam sua aplicação a todas as economias da UE. Entendia-se que alguns Estados, dada a fragilidade de suas economias, não cumpriram as metas fiscais.

Discutiu-se, nesta ocasião, também a constituição do Orçamento da UE para os anos de 2007 a 2013. O tema, abordado pela Holanda no segundo semestre de 2004, não se desenvolveu por ocasião das divergências entre “Estados pagantes” e Estados que auferem subvenções do bloco.

A resolução da instabilidade econômica constituía, segundo Luxemburgo, pré-condição para a discussão acerca da possibilidade de expansão da UE.

Em abril de 2005, Bulgária e Romênia ingressaram na UE. Em março deste

mesmo ano, já se iniciaram as negociações quanto ao ingresso da Croácia.

Quanto ao ingresso da Turquia, a despeito de um polêmico “sim” dos chefes de Estado e de governo da UE, em dezembro de 2004, para o começo das negociações com Ancara, não se abordou de maneira substancial o assunto sob a presidência de Luxemburgo.

Reino Unido

Em julho de 2005, o Reino Unido assumiu a presidência do Conselho da UE.

Sob o impacto da rejeição da Constituição da UE por franceses e holandeses, a presidência britânica restringiu-se a aprovação do Orçamento 2007 - 2013. Após a rejeição da Constituição, o Conselho simplesmente abdicou da discussão do tema. A ausência de um projeto para alterações no teor do texto constitucional, associada à omissão de um plano para novas consultas populares, infligiu a imprensa europeia a referir-se à “questão constitucional” como um “problema sem solução”.

Sob esta ótica, a Alemanha acusou o governo britânico de apartar a discussão acerca da Constituição de sua presidência do Conselho da UE com o intuito de evitar controvérsias acerca do documento dentro de seu próprio Estado.

Neste contexto, o Reino Unido concluiu seu mandato, em dezembro de 2005, como uma administração que apresentou uma solução provisória à questão orçamentária europeia; esquivando-se da promoção de reais reformas estruturais da UE, como a coordenação das políticas de subvenção agrária dos Estados-membros, e a regulamentação do mercado interno de prestação de serviços.

Assim, ao final de 2005, a UE apresentava-se sem coesão. A busca por estabilizar a economia do bloco, abarcada por

⁴ Resolução de 02 agosto de 1997 que objetiva, por meio de metas econômicas, que políticas fiscais nacionais irresponsáveis prejudiquem o crescimento e a estabilidade macroeconômica da UE.

Luxemburgo e Reino Unido por meio da reforma do PEC e da aprovação do orçamento 2007 - 2013, respectivamente, não se constituiu em um progresso diante da rejeição da Constituição por franceses e holandeses.

Em consequência desta rejeição, mesmo a discussão acerca da possibilidade de expansão do bloco cessou sob a presidência britânica.

A passividade do Conselho da UE diante da “questão constitucional”, associada às perspectivas para a presidência da Áustria em 2006, resultou nesta análise do social-democrata austríaco Hannes Swoboda: “Ainda não afastamos o *iceberg* do caminho do navio *União Européia*, mas a embarcação se movimenta e precisa tomar um rumo.”.

Áustria

Em janeiro de 2006, a Áustria assumiu a presidência do Conselho da UE. A ausência de solução para a “questão constitucional”, a resolução precária da questão orçamentária – que resultou em divergências internas ao bloco –, e a ausência de perspectivas para a discussão acerca do ingresso de Estados-candidatos à UE constituíram o contexto dos primeiros meses do ano de 2006.

A estratégia austríaca, entretanto, surpreendeu de modo positivo a UE, a saber: não buscar soluções concretas para estas questões apresentadas acima, mas buscar a reconstrução de um “espírito europeu”, por meio do comprometimento de todos os Estados-membros com a resolução da “questão constitucional” e da possibilidade de expansão do bloco.

Tal estratégia resultou em um consenso quanto à necessidade de um documento constitucional e quanto à constituição de uma agenda que delegou à Alemanha (ao presidir o Conselho da UE em 2007) a

responsabilidade pela compleição deste documento.

Ademais, a Áustria assegurou o consenso quanto à necessidade da discussão da expansão do bloco, delegando, conforme a estratégia para com a Constituição, a responsabilidade da resolução da questão à Alemanha.

Assim, por meio de uma gerência clara e flexível, os austríacos reinstauraram o consenso em assuntos considerados, ao final de 2005, sem solução. O Estado não estabeleceu as bases sobre as quais a Alemanha abarcaria a compleição do documento constitucional e a discussão acerca da expansão do bloco em 2007, mas apresentou-se como o responsável por atenuar “ressentimentos anti-europeus”.

Em suma, instaurou-se a pré-condição para a resolução das questões européias: o consenso quanto à necessidade da discussão.

Finlândia

A Finlândia assumiu a presidência do Conselho da UE em julho de 2006.

Desde o começo de sua gerência, o Estado admitiu a estratégia austríaca, comprometendo-se a avigorar o ambiente europeu para a abordagem da “questão constitucional” e da possibilidade de expansão da UE quando do primeiro semestre de 2007.

Em 20 de junho de 2006, em Berlim, a presidente finlandesa Tarja Halonen, estabeleceu as metas e os objetivos de seu Estado a frente do Conselho da UE.

Em referência ao então recente “*joint-venture*”⁵ no setor de telefonia, entre a alemã *Siemens* e a finlandesa *Nokia*,

⁵ Associação de empresas, de caráter não terminante, que objetiva a exploração de determinado setor de mercado sem a exclusão de suas distintas personalidades jurídicas.

Halonen assegurou que as presidências de Finlândia e Alemanha constituiriam uma só presidência.

Paralelamente ao apoio à presidência alemã, a Finlândia dedicar-se-ia à ciência e pesquisa voltada ao fornecimento energético europeu.

Ressalta-se que, no segundo semestre de 2007, a Finlândia encontrava-se empreendida em construir o maior e mais moderno reator nuclear do mundo, o *Olkiluoto III*, o que implicou um custo de três bilhões de euros ao Estado, em prol da auto-suficiência energética.

Alemanha

Em meio a uma série de objetivos secundários, como a coordenação das políticas ambientais dos Estados-membros, a aprovação de uma agenda para a compleição de um documento constitucional para a UE constituiu o principal objetivo da presidência alemã.

Contudo, a chanceler Angela Merkel alertou, em discurso ao *Bundestag* (Câmara Baixa do Parlamento da República Federal da Alemanha), contra expectativas excessivas quanto ao documento constitucional: “Um semestre não basta para ressuscitar um processo que esteve congelado por mais de dezoito meses.”, declarou.

Merkel referiu-se ao acontecido em 2004, quando o processo de expansão da UE suscitou o esboço de um documento com vistas a acelerar os mecanismos de decisão e atribuir relevância internacional ao bloco. Entretanto, segundo a percepção de Berlim, a rejeição deste documento, por França e Holanda, através de plebiscitos, em 2005, fragilizou todo o processo, amenizando a importância da aprovação do documento nos demais 18 Estados-membros.

A proposta alemã consistiu, em suma, na manutenção do documento anterior (rejeitado em 2005) sob uma designação que abrandasse o temor dos europeus quanto à constituição de um “super-Estado”, ou seja, a substituição da designação “Constituição” por “Lei Fundamental” ou “Tratado de Princípios”.

Entretanto, a ausência de coordenação entre os Estados-membros quanto à gênese de uma carta constitucional impossibilitou a consecução da proposta alemã. Destacou-se, neste sentido, a concepção polonesa, responsável, sobretudo, pela substituição do processo de afirmação do texto constitucional de 2005 pela alternativa de formação de um novo tratado europeu.

Na cúpula de junho de 2007, a Polônia ameaçou aplicar o veto a qualquer proposta de um documento constitucional caso o processo de votação no Conselho da UE não fosse alterado. Explica-se: o governo de Varsóvia advogou que o peso de cada Estado deve ser calculado com base na raiz quadrada do número de habitantes, o que aumentaria o peso de Estados da Europa oriental.

A Alemanha, diante do impasse causado pela ameaça do veto polonês, considerou a exclusão da Polônia do processo de negociação. Após reuniões bilaterais, atingiu-se o entendimento. A Polônia aceitou a sugestão de Luxemburgo, segundo a qual a dupla maioria de votos para aprovar normas (ao menos 55% dos Estados representando, no mínimo, 65% da sociedade europeia) entra em vigor progressivamente a partir de 2014 – a Alemanha advogava 2009, e a Polônia 2020.

Assim, apesar do impasse polonês, a Alemanha, segundo o ministro do Exterior Frank-Walter Steinmeier, impossibilitou, por meio de sua presidência, que a Europa recuasse uma geração em seu processo de integração.

Portugal

Portugal assumiu a presidência do Conselho da UE com o objetivo de rematar o tratado europeu coordenado sob a presidência alemã.

O Estado comprometeu-se a seguir a risca o documento constituído no primeiro semestre de 2007: “Nós pedimos um mandato claro justamente para impedir que todos os Estados, no dia seguinte, façam uma interpretação ao seu gosto. Isso nós não podemos aceitar.”, assegurou Manuel Lobo Antunes, Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, ao rejeitar qualquer oposição polonesa quanto ao sistema de votação nas reuniões do Conselho da UE.

Neste sentido, a estratégia consistiu em atribuir a juristas a elaboração do texto, como meio de evadir novos embates de cunho político.

De forma concomitante, Portugal apresentou à Europa o objetivo principal de sua presidência do Conselho da UE: desenvolver as interações diplomáticas entre a UE e outros Estados ou organizações internacionais, sobretudo o Brasil, a Rússia e a União Africana (UA).

Quanto ao Brasil, trata-se da “opção sul-americana” da UE. Já em 04 de julho de 2007, em Lisboa, assinou-se um acordo⁶ de parceria estratégica entre a UE e o Brasil.

Em outubro, por sua vez, planeja-se um encontro entre a UE e a Rússia. Há nove

meses uma contenda comercial entre Polônia e Rússia, quanto às exportações de carne polonesa, impossibilita a coordenação de parcerias entre Bruxelas e Moscou. Segundo Antunes: “Podemos romper o bloqueio e conseguir um avanço nas relações, mas ambas as partes precisam contribuir para a solução do problema. A UE e a Rússia precisam se esforçar.”, declarou.

Em dezembro de 2007, projeta-se o segundo encontro de cúpula entre a UE e a UA. Como ex-potência colonial, Portugal possui estreitos vínculos com a África, e julga constituir os Estados africanos potenciais parceiros estratégicos.

Apresentado um sintético histórico das presidências do Conselho da UE, associado à exposição das metas e dos objetivos da presidência portuguesa para o segundo semestre de 2007, faz-se plausível a hipótese de que a intenção de Portugal em desenvolver as interações diplomáticas entre a UE e outros Estados ou organizações internacionais resulta, em grande parte, do contexto em que se insere a presidência de Portugal do Conselho da UE.

O histórico abarcado acima demonstra como a Europa pós-novembro de 2004 (aprovação da Constituição da UE) voltou-se substancialmente para resolução de assuntos internos, pré-condição para a coordenação de seus Estados-membros.

Em 2005, as presidências de Luxemburgo e Reino Unido objetivaram a estabilização da economia do bloco, destaca-se a reforma do PEC, empreendida por Luxemburgo.

Entretanto, a despeito deste fato, 2005 apresentou-se como o ano em que a rejeição da Constituição da UE por franceses e holandeses impossibilitou a consecução de qualquer outro objetivo de caráter estrutural. A passividade da presidência britânica diante deste fato, sobretudo, instaurou um processo em que se cessou qualquer expectativa quanto às futuras gerências do Conselho da UE.

⁶ Por meio deste acordo, o Brasil passa a integrar o grupo de Estados com os quais a UE possui interações bilaterais privilegiadas, grupo que inclui Estados como o Canadá, a China, os Estados Unidos e a Rússia. Contudo, segundo Harmut Sangmeister, perito em América Latina da Universidade de Heildelberg: “com certeza não se trata de uma parceria de igual para igual. No todo, a América Latina está perdendo peso econômico. O Brasil não pode ser comparado à China”, disse, em referência a uma suposta precipitação da UE em julgar o Brasil um “parceiro privilegiado”.

Em 2006, contudo, a Áustria, por meio de uma gerência clara e flexível, instaurou a pré-condição para a resolução das questões européias: o consenso quanto à necessidade do diálogo.

Assim, em uma estratégia endossada pela Finlândia, os Estados-membros da UE comprometeram-se com a necessidade de um documento constitucional e delegaram à Alemanha a coordenação e a compleição deste documento.

Berlim, por sua vez, em meio a concepções quase que inconciliáveis quanto ao teor do documento constitucional, coordenou a integração dos Estados-membros por meio de um novo tratado europeu.

Instauraram-se assim as bases para a coordenação de uma UE constituída por vinte e sete Estados-membros e que discute sua expansão.

Ao assumir a presidência do Conselho da UE neste contexto, Portugal não se encontra em meio a qualquer tensão interna ao bloco, como a resultante da rejeição da Constituição em 2005.

Compromete-se, sim, apenas com a elaboração do texto deste novo tratado europeu, em um ambiente onde aparece como improvável qualquer novo embate de cunho político, como o arrostado pela Polônia contra a Alemanha.

Permite-se, assim, que Portugal objetive explorar as interações diplomáticas da UE para com outros atores internacionais.

<http://www.deutschewelle.de>

Deutschland 2007 - Präsidentschaft der Europäischen Union

(Alemanha 2007 - Presidência da União Européia)

<http://www.eu2007.de>

Portugal 2007 - Presidência da União Européia

<http://www.eu2007.pt>

União Européia

<http://europa.eu>

Ver também:

13/07/2005 - A vitória do Não nos referendos populares francês e holandês

04/08/2005 - União Européia: estrutura institucional

04/07/2007 - A União Européia sob a presidência alemã

Referências

Auswärtiges Amt

(Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha)

<http://www.auswaertiges-amt.de>

Deutsche Welle

Chávez percorre América do Sul

Análise
Integração Regional

Celeste Cristina Machado Badaró
24 de agosto de 2007

O presidente venezuelano Hugo Chávez visitou Argentina, Uruguai, Equador e Bolívia durante o mês de agosto de 2007, para assinar acordos energéticos e financeiros, bem como tratar a criação de refinarias de petróleo em alguns desses países.

De 6 a 11 de agosto de 2007, Hugo Chávez, Presidente da Venezuela, visitou diversos países da América do Sul. O presidente passou por Argentina, Uruguai, Equador e Bolívia, realizando acordos energéticos e financeiros com os países.

O primeiro país visitado foi a Argentina. Nestor Kirchner, presidente do país em meio à campanha presidencial cuja principal candidata é sua esposa, preferiu receber Chávez discretamente, diminuindo a visita de dois para um dia. Kirchner teme aliar sua imagem à do presidente venezuelano, que não é bem visto pela opinião pública argentina.

Apesar de discreta, a visita de Chávez era essencial para o presidente argentino. Em junho de 2007, o país passou a enfrentar uma crise de abastecimento de energia [ver também: [Argentina enfrenta crise energética](#)] que acabou prejudicando seu desempenho econômico. Devido à crise, investidores internacionais passaram a ficar receosos em aplicar em títulos argentinos, justamente numa época em que diversos papéis¹ do governo estavam

vencendo.

Sendo a Venezuela grande produtora de petróleo e estando seu governo disposto a ajudar países em dificuldades financeiras, ela poderia ser de fundamental importância para a Argentina nesse momento. Em sua visita, Chávez prometeu vender mais combustível à Argentina, além de emprestar 500 milhões de dólares para o país, com a promessa de emprestar mais 500 milhões nos próximos meses.

Segundo o presidente da Venezuela, o empréstimo tem o objetivo de ajudar um país latino-americano a sair de uma crise sem precisar recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Chávez, a Argentina, em particular, e a América Latina, em geral, devem “se libertar das correntes do FMI”, o que condiz com sua posição de crítica aos Estados Unidos e algumas organizações internacionais.

No entanto, Kirchner não conseguiu efetivamente “libertar” seu país, apenas trocou a interferência do FMI pelo apoio à Venezuela. Chávez deixou bem claro em entrevista ao programa de rádio venezuelano *Alô, presidente* que espera o apoio a sua política externa do presidente argentino e de Cristina Kirchner,

decretou moratória há alguns anos, tem dificuldade em renegociar sua dívida em prazos maiores.

¹ Papéis do governo são títulos de dívida pública com vencimento estipulado. Ao final do vencimento, o governo é obrigado a pagar ao comprador do papel seu valor de face mais os juros pelo período. Quanto menor for a credibilidade do país, menor o tempo de vencimento de seus títulos. A Argentina, que

candidata à presidência. O presidente argentino foi criticado em um artigo do jornal argentino *La Nación* por se aliar a Chávez de uma maneira incondicional, deixando de lado outros aliados importantes, como Espanha e Brasil.

Outra crítica ao arranjo entre Chávez e Kirchner é que o empréstimo feito à Argentina não foi em condições vantajosas, já que os títulos comprados pela Venezuela cobram uma taxa de juros de 11% ao ano, enquanto os empréstimos do FMI cobram 5% anuais de juros.

Depois de Argentina, Chávez passou pelo Uruguai, onde assinou acordos energéticos. Ficou acordada a construção de uma refinaria de petróleo conjunta entre Venezuela, Uruguai e Argentina e a venda de petróleo e gás em condições especiais. Na ocasião, o presidente venezuelano aproveitou para lamentar que não poderia vender tanto gás natural ao Uruguai quanto gostaria, porque os planos de construir um gasoduto unindo diversos países da América Latina ainda não saiu do papel.

Em seguida, o presidente venezuelano viajou ao Equador, onde assinou acordos para a venda de petróleo ao país, além de acertar a construção de uma refinaria de petróleo binacional. Em entrevistas feitas durante sua passagem pelo país, Chávez repetiu o que disse na Argentina e no Uruguai, que abasteceria o Equador de combustível por mais “cem anos”.

A última parada de Chávez foi na Bolívia, onde assinou, juntamente com Evo Morales, presidente do país, a criação da Petroandina, companhia que procurará petróleo na região próxima a La Paz, onde ainda não há extração de combustível. Apesar de ser financiada pela Venezuela, a Petroandina será 40% venezuelana e 60% boliviana.

Na ocasião, Chávez aproveitou para afirmar que a Bolívia terá maioria na Petroandina porque seu interesse é “ajudar o vizinho, não explorá-lo”. O presidente provavelmente fazia referência

à nacionalização de companhias de petróleo promovida por Morales em maio de 2006, incluindo a brasileira Petrobras.

Essa não foi a única alusão do presidente venezuelano ao Brasil. Ao lamentar a falta de um gasoduto para o Uruguai, ele se referia a um projeto anunciado por ele, Kirchner e Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, em abril de 2006, também atenderia Paraguai, Uruguai, Peru e Equador, e cortaria toda a região amazônica.

Ao longo de 2006, o projeto foi severamente criticado, já que pode causar diversos danos ambientais, além de ser muito custoso e ousado demais para a capacidade de produção venezuelana. Muitas dessas críticas foram feitas por integrantes do governo brasileiro, como o secretário de energia do estado do Rio de Janeiro, Wagner Victor.

Devido a essas críticas, o apoio político de Brasília ao projeto diminuiu consideravelmente. Desde então, Chávez tem insistido com Lula para retomar os esforços de tornar o projeto realidade. As relações entre Brasília e Caracas já estavam estremecidas desde maio de 2007, quando o Congresso brasileiro criticou Chávez em meio ao processo de adesão da Venezuela ao Mercosul [ver também: [A Venezuela no Mercosul](#)].

Outro projeto chavista que não recebeu o apoio de Lula foi a criação de um banco de financiamento para substituir o Banco Mundial na América do Sul. Sem a maior economia da América Latina, é pouco provável que esse projeto saia do papel.

O presidente venezuelano também criticou Lula por negociar com os Estados Unidos um acordo de produção de etanol. Segundo ele, a atividade agrícola deveria ser voltada para a produção de alimentos, e, como matriz energética, deveria ser usado apenas combustíveis fósseis².

² A afirmação de Chávez é questionável, já que biocombustíveis podem ser produzidos a partir

O estremecimento das relações entre Brasil e Venezuela também pode ser percebido pela data escolhida para a visita de Chávez a países da América do Sul: na mesma semana, Lula visitou Honduras, México, Nicarágua, Jamaica e Panamá para promover o uso de biocombustíveis. Quando George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, visitou diversos países latino-americanos, em março de 2007, Chávez também foi a vários países da região.

O que se pode perceber é que Chávez busca ter um papel de liderança na América Latina. Como o Brasil tem exercido esse papel, o presidente venezuelano tenta entrar numa “competição” com Lula pela influência na América do Sul. Chávez tenta fazer isso através do fornecimento de petróleo e de empréstimos que ele pode fornecer graças ao que o país tem ganhado na venda do combustível.

Mas a figura controversa do presidente venezuelano também suscita muitas críticas, o que deixa qualquer aliado em potencial receoso de se aliar à imagem de Chávez. Na Argentina e no Equador, a população se mostrou pouco receptiva ao presidente, e foram feitas diversas críticas aos acordos assinados pelos seus respectivos governos com a Venezuela. A atitude de Kirchner, de evitar ligar a sua imagem à de Chávez em meio à campanha presidencial, exemplifica o receio causado pela figura do venezuelano.

Já Lula, em sua visita a países da América Central e do norte, propôs acordos de cooperação técnica, principalmente na produção de biocombustíveis. Recebeu

de vegetais que não são usados para a alimentação humana, como a mamona. Além disso, o petróleo é um recurso não-renovável cuja oferta pode ser manipulada pelos poucos países que possuem reservas, enquanto o combustível de origem vegetal pode ser produzido em diversos lugares. Outras vantagem do etanol é ser bem menos poluente do que o petróleo.

uma acolhida mais calorosa em alguns dos países visitados, mas a Nicarágua não se mostrou disposta a produzir ou comprar etanol, preferindo importar o petróleo venezuelano. Mas, ainda assim, o país assinou com o Brasil acordos de cooperação em outras áreas, como a pesca, sua principal atividade econômica.

No geral, Lula foi bem-sucedido em sua viagem a países da América Latina, assinando acordos de cooperação e apresentando o etanol como alternativa energética a diversos países.

A posição de Lula como uma liderança na América Latina não foi desafiada. Se Chávez exercer esse papel, ainda tem um grande caminho a percorrer, além de ter que enfrentar a receio que sua figura controversa desperta.

Referência

Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Guardian Unlimited

<http://www.guardian.co.uk>

La Nación

<http://www.lanacion.com.ar>

The Economist

<http://www.economist.com>

Venezuela Analysis

<http://www.venezuelaanalysis.com>

Open Democracy

<http://www.opendemocracy.net>

Ver também:

-
- 11/07/2007 - [A Venezuela no Mercosul](#)
- 10/08/2007 - [Argentina enfrenta crise energética](#)
- 30/03/2007 - [Visita de George W. Bush à América Latina](#)
- 22/03/2007 - [Cooperação entre Brasil e EUA para a produção de etanol](#)
- 10/05/2005 - [Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia](#)

EUA não renovam acordo anti-proliferação

Resenha
Segurança

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro
23 de agosto de 2007

Em julho de 2007, o Comando Estratégico estadunidense declarou que os EUA não deveriam renovar o START-1, acordo assinado entre o país e a ex-URSS, justificando que o acordo seria prejudicial à luta contra o terrorismo internacional.

Em 31 de julho de 2007, o Chefe do Comando Estratégico estadunidense¹, General James Cartwright, anunciou que os Estados Unidos da América (EUA) não deveriam renovar o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START-1² na sigla em inglês).

O general alegou que isso permitiria a utilização de uma nova ferramenta no combate ao terrorismo global. Ataques nucleares “cirúrgicos” poderiam ser feitos em qualquer parte do mundo, permitindo “soluções de ataques globais”.

A repercussão do anúncio foi mais forte no governo russo, o outro signatário do tratado de não proliferação que possui armas nucleares. O tratado foi assinado em 1991 e desde seu estabelecimento passou por diversas reformas que procuravam atualizá-lo às condições atuais. A duração do tratado era prevista para 5 de dezembro de 2009, quando deveria ser renegociado pelos países participantes. Porém, o anúncio do governo estadunidense antecipou a possível denúncia do tratado, mudando as perspectivas globais de proliferação

nuclear.

O tratado entrou em vigor em 1994, após ser assinado em 31 de julho de 1991, pelos presidentes Mikhail Gorbachev, representando a União Soviética (URSS) e George H. W. Bush, representando os EUA. Ele seria renovado em intervalos de cinco anos e qualquer uma das partes poderia se retirar do tratado dando à outra parte um aviso prévio de seis meses.

O acordo previa que ambas as partes deveriam reduzir seu arsenal nuclear em três fases que durariam sete anos. Cada fase deveria indicar o número de armas nucleares que cada país deveria atingir, diminuindo progressivamente. Mais especificamente, os países não poderiam possuir mais de 1600 mísseis balísticos, sendo não mais de 154 intercontinentais (ICBM – sigla em inglês), mísseis balísticos lançados de submarinos e bombardeiros pesados, assim como deveriam ter no máximo 6 mil artefatos atômicos ao final do período estipulado.

O START-1 também previa a proibição da construção de mísseis intercontinentais com mais de dez artefatos nucleares e mísseis de cruzeiro com mais de dois³. Alguns mecanismos relacionados às armas nucleares, como re-carregadores

¹ O Comando Estratégico faz parte do Departamento de defesa e é responsável pelo controle das armas estratégicas, operações espaciais, *global strike* entre outras funções.

² *Strategic Arms Reduction Treaty*

³ Alguns mísseis podem ser equipados com mais de um artefato nuclear, ou seja diferentes “explosivos” que podem ter alvos distintos.

rápidos, e a construção de alguns tipos de veículos de transporte também foi banida. Ainda, o tratado proibia a adaptação de “sistemas de entrega”⁴ convencionais em nucleares ou que o número de artefatos fosse aumentado nos mísseis existentes.

Quando o acordo foi assinado, a URSS possuía 2500 veículos para o transporte⁵ e 10.271 artefatos atômicos, enquanto os EUA possuíam 2246 veículos e 10563 artefatos. Ao final da terceira fase do tratado esses números deveriam ser reduzidos em aproximadamente 40%.

Cinco meses após o acordo, ocorreu a dissolução da União Soviética e, assim, quatro Estados herdaram o poderio nuclear soviético: Rússia, Ucrânia, Cazaquistão e Belarus.

Os últimos três desmontaram completamente todas as suas armas nucleares e ainda fazem parte do acordo. Rússia e EUA declararam, em 5 de dezembro de 2001, data final da terceira e última fase, que teriam atingido os números especificados pelo acordo. Em linhas gerais, pode-se dizer que houve uma redução de 30 a 40% nos níveis agregados de artefatos nucleares e sistemas de entrega, atingindo os objetivos do tratado.

A renúncia estadunidense estaria baseada na possibilidade de utilizar armas nucleares na luta contra o terrorismo. Por exemplo, um alvo possível seria um país suspeito de produzir armas de destruição em massa. E, isto permitiria ao governo estadunidense realizar a estratégia de Ataque Global Imediato⁶.

O conceito de Ataque Global Imediato tem sido desenvolvido publicamente pelo Pentágono desde 2001, e significa a capacidade de atingir alvos em qualquer ponto do planeta. Essa estratégia, porém,

requer ataques rápidos que permitam pouco tempo de aviso, ou seja, após o míssil ser lançado poucos minutos devem transcorrer antes que ele atinja seu alvo, de maneira a minimizar ações contra-ofensivas.

Para realizar ataques como esse, o Pentágono tem desenvolvido mísseis de cruzeiro⁷ supersônicos e, vem ampliando sua rede de satélites. Porém, processos mais baratos, como o uso de mísseis *Trident*, também têm entrado em pauta. Os *Trident* são mísseis balísticos intercontinentais lançados de submarinos, normalmente equipados com artefatos nucleares, que seriam modificados com explosivos convencionais.

Em relação à capacidade nuclear, os números estipulados pelo START-1 são suficientes. Porém, para que a estratégia de ataque global seja possível, um número muito maior de mísseis seria necessário, o que levou ao pronunciamento do General Cartwright que os EUA não deveriam renovar o acordo, já que os mísseis *Trident* se enquadram sob a definição de mísseis balísticos proibidos.

O pronunciamento do general ficou em desacordo com conversas recentes entre o Presidente estadunidense George W. Bush e o Presidente russo Vladimir Putin, que confirmavam as intenções de diminuir a um mínimo possível as armas estratégicas e de um possível acordo após o fim do START-1.

Em 2002, ambos os governos decidiram que as medidas do START-1 seriam mantidas por sete anos, ao que seguiria um acordo mútuo que preencheria o vácuo deixado pelo tratado em 2009. Porém, medidas de controle do cumprimento das normas, como missões de inspeção e verificação, não foram modificadas.

⁴ por exemplo: mísseis de cruzeiro, bombas, cargas de profundidade, cartuchos de artilharia.

⁵ Incluindo mísseis de lançamento terrestre, de submarinos ou de bombardeiros pesados.

⁶ *Prompt Global Strike*

⁷ Mísseis não balísticos, que voam a uma altitude muito baixa, normalmente de propulsão a jato, capazes de percorrer grandes distâncias (até 1000 km) e atingir alvos com grande precisão.

As críticas russas ao pronunciamento do General Cartwright se referem ao fato de que o projeto representaria exclusivamente a posição dos militares estadunidenses, e a própria posição da administração Bush. A decisão estaria em concordância com a atual política estadunidense, que atua militarmente de maneira global procurando minimizar custos monetários e sociais para os EUA.

O pronunciamento do General ocorre em uma época relativamente instável em comparação com as relações russo-estadunidenses mais recentes. Em julho de 2007, a Rússia se retirou do Tratado de Forças Convencionais na Europa (CFE – sigla em inglês), que estabelecia limites aos níveis de armamentos convencionais na Europa (do Atlântico aos Montes Urais⁸). O tratado estabelecia limites iguais para dois grupos de estados, os da OTAN e os do Pacto de Varsóvia.

Com a saída do tratado, a Rússia não envia ou recebe mais informação sobre os níveis de armamento aos países da OTAN ou precisa permitir que a OTAN faça inspeções em seu território. E principalmente a Rússia não fica mais atada a qualquer limite de armamento convencional.

A justificativa russa é que, com a adesão de novos membros, a OTAN superou o limite de armas convencionais. Além disso, a URSS deixou de existir e com ela o Pacto de Varsóvia, fazendo com que o CFE esteja completamente desatualizado.

Outro fator que contribui para a instabilidade da relação da Rússia com os EUA é o plano recente do escudo antimísseis estadunidense que está sendo implementado em território europeu. O escudo permitiria que a OTAN interceptasse mísseis nucleares que fossem lançados de países fora da Europa, mas no continente asiático, o que inclui a Rússia.

⁸ Dessa forma ele se aplica apenas a uma parte do território russo, o mais próximo das fronteiras com a Europa.

[Ver também – “[A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense](#)”, “[Vladimir Putin visita os Estados Unidos e discute o sistema antimísseis](#)”].

Um conjunto de fatores tem aumentado a tensão entre Rússia e o Ocidente. A administração de Putin tem justificativas para não ratificar algum dos antigos acordos feitos com a extinta URSS, como o CFE, mas também têm motivos para manter outros como o START.

O Presidente Putin ainda insiste que a renovação do tratado, ou a elaboração de um novo acordo, aconteça após 2009 quando o START-1 expira. O pronunciamento do General Cartwright antecipa um possível movimento da política militar estadunidense, mas não é final.

A justificativa de combate ao terrorismo pode ter sido utilizada para que o movimento fosse politicamente sustentável, mas ainda não se discutiu como essa atitude afetaria a relação EUA-Rússia, ou em que medida seria uma reposta aos movimentos da própria Rússia.

Referências

Sites:

START-1 - hipertexto

<http://www.state.gov/www/global/arm/START-1htm/START-1/START-11.html>

Kommersant

<http://www.kommersant.com/>
Russian News and Information Agency

<http://en.rian.ru/russia/20070802/70197039.html>

San Francisco Gate

<http://www.sfgate.com>

Departamento de Estado
Estadunidense – *Fact Sheet*

<http://www.fas.org/>

Ver Também:

“A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense”

“Vladimir Putin visita os Estados Unidos e discute o sistema antimísseis”

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

